

## **RESÍDUOS SÓLIDOS E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM CAETITÉ (BA)<sup>78</sup>**

Wesley Borges Costa<sup>79</sup>

wes\_borges@hotmail.com

### **RESUMO:**

A grande quantidade de resíduos gerados atrelada ao modelo de desenvolvimento econômico que desconsidera os aspectos sociais e a qualidade ambiental é um dos grandes desafios da contemporaneidade tanto em escala local quanto global. O presente trabalho visa discutir e analisar o processo de geração de resíduos sólidos no cerne urbano, por entender a relevância da problemática concernente ao processo de transformação e ocupação do espaço urbano nas últimas décadas, engendrando repercussões ambientais cada vez mais sérias. Para tanto, através de leituras e revisões bibliográficas, investigação do modelo de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos de Caetité (BA), uma pequena cidade localizada no sudoeste do Estado da Bahia, o presente artigo representa a síntese da pesquisa realizada junto ao Centro de Pesquisa e Estudos Socioambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia entre os anos de 2010 a 2012. Para tanto, a metodologia adotada foi levantamento bibliográfico, documental, pesquisa de campo compreendendo visita a órgãos públicos, aplicação de questionários, visita à área de deposição final dos resíduos, registro fotográfico e análise e sistematização dos dados obtidos em campo. Diante do exposto, evidenciamos um modelo simples e nada promissor de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em Caetité (BA), desconsideração das recomendações técnicas e científicas, posto que o abandono da antiga área de deposição final não representou mudança significativa nos padrões socioambientais e compromete a qualidade ambiental no município. O gerenciamento restringe-se às questões relacionadas, exclusivamente, à limpeza pública, compreendendo a coleta, segregação, transporte e destinação final dos resíduos no lixão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ambiente urbano. Gestão e gerenciamento. Resíduos sólidos.

### **Introdução**

O inevitável consumo e a consequente geração de resíduos sólidos intrinsecamente ligados ao modelo de desenvolvimento econômico que ainda desconsidera a qualidade e os aspectos

---

<sup>78</sup> Este texto é fruto das reflexões realizadas durante a pesquisa de Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sob orientação do Prof. Msc. Wellington Soares Freitas.

<sup>79</sup> Geógrafo pela Universidade do Estado da Bahia, Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e membro do Grupo de pesquisa Dinâmica dos Ambientes, Planejamento e Gestão Ambiental (GEDAP-UFG) e do DIALOGUS - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho, da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

ambientais e sociais é um dos grandes desafios da contemporaneidade tanto em escala local quanto global.

Partindo dessa premissa, o presente texto visa apresentar os resultados obtidos na pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia entre os anos de 2010 e 2012, cuja investigação visou analisar e discutir os aspectos inerentes à geração de resíduos sólidos urbanos em Caetité (BA) via identificação e análise do modelo de gestão e gerenciamento dos resíduos, bem como os impactos provenientes da forma de destinação final dos mesmos.

A área de estudo justificou-se pelo pujante processo de crescimento econômico e transformações radicais no espaço urbano alicerçados pelos planos governamentais de geração de energia eólica e nuclear e de exploração mineral. A partir deste contexto, urge pensar e planejar as necessárias políticas públicas de cunho tanto econômico quanto ambiental e social, posto que há a desconsideração do arcabouço legal implementada pelo Plano de Desenvolvimento do Município (PDM), principalmente dos artigos concernentes ao planejamento ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. Portanto, a discussão apresentada visa contribuir e fortalecer o debate acerca dos problemas urbanos e as implicações ambientais decorrentes deste processo, ênfase dada à geração de resíduos sólidos.

Neste sentido, observa-se, na atualidade, o crescente e veloz processo de geração de lixo ou resíduos sólidos urbanos que, por sua vez, tornaram-se um dos maiores problemas ambientais seja em pequenos, médios ou grandes centros urbanos, constituindo um entrave à promoção de ambientes saudáveis e socialmente justos.

Assim, a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos representam desafios à administração pública municipal, de forma perversa nas pequenas cidades, diante da falta de capacitação técnica dos gestores públicos e dos poucos recursos destinados à limpeza pública, transformando os refugos e sua alocação final numa das principais fontes de degradação ambiental, entrave na qualidade de vida humana e uso irracional dos recursos naturais e, paradoxalmente, fonte de renda do segmento socioeconômico que vêm ganhando cada vez mais notoriedade pelos demais agentes políticos e sociais, os catadores de material reciclável e suas cooperativas, entretanto estes ainda padecem em condições precárias de trabalho nos lixões e aterros pelo país.

Em síntese, a ideia motriz é refletir sobre a problemática ambiental existente na realidade caetiteense e, em especial, apresentar um estudo sobre uma pequena cidade do sertão da Bahia elucidando uma questão considerada, a priori, como urgente diante do avassalador processo de

urbanização e degradação ambiental cuja mola propulsora centra-se na geração de resíduos sólidos urbanos e na não adoção de medidas e políticas públicas condizentes com as recomendações técnicas e científicas.

### **A Problemática Ambiental dos Resíduos Sólidos**

Nas últimas décadas do século XX, a questão ambiental se insere com força nos diferentes espaços e instituições, alcançando discursos e usos diferenciados no seio do debate da relação sociedade e natureza, engendrando embates aos ideais de desenvolvimento econômico e instaurando complexidades, contradições e tensões, fruto do modelo de desenvolvimento alicerçado em relações capitalistas de produção e consumo e da consolidação da tríade produzir-consumir-descartar. A grande quantidade de resíduos gerados atrelada ao modelo econômico vigente insiste em desconsiderar os aspectos sociais e a qualidade ambiental constituindo-se em um dos grandes desafios da contemporaneidade, sendo a questão ambiental a representação mais contundente da crise socioeconômica e imperativa de novas formas de participação social, política e de promoção à cidadania e o surgimento de novos grupos sociais organizados revelam a necessidade de considerar tais aspectos com igual relevância.

Neste sentido, a leitura mais profícua da questão urbana evidencia a existência do lixo como algo irrefutável e que se confunde com o processo de evolução do trabalho humano. Seja nos pequenos, médios ou grandes centros, são notórias as dificuldades encontradas pelo poder público e pela sociedade em geral em lidar com os refugos do consumo e das atividades humanas e no qual se insere a problemática ambiental urbana concretizada, principalmente, pela geração de resíduos sólidos.

A produção, utilização e descarte de materiais industrializados se configura como um aspecto cultural da sociedade moderna e à medida que a humanidade intensificou a capacidade de intervir na natureza para satisfação de suas necessidades e desejos surgiram embates e tensões quanto ao uso do espaço e dos recursos naturais disponíveis em função da tecnologia utilizada, nem sempre adequadas do ponto de vista da sustentabilidade socioambiental.

Observa-se que ao longo do desenvolvimento científico, sob os pilares filosóficos que imperavam a cada século, os conceitos de sociedade e natureza ou, simplesmente (meio) ambiente, coloca o homem como ser externo do processo, haja vista as abordagens acerca das questões ambientais que negligenciam a integração profunda e unânime homem-natureza (natureza/homem)

e tais enfoques marginalizam a reflexão sobre a espécie humana e a relação deste estabelecida com o meio circundante repercutindo negativamente na não efetivação da educação ambiental no sentido pleno.

Moraes (1998) argumenta que “[...] As sociedades humanas têm se desenvolvido tendo como fundamento concepções fragmentadas do mundo, sem a devida percepção, entendimento e consideração das interações existentes entre os seres humanos, o meio físico-químico e os outros seres vivos. [...]”.

Segundo Morin (1985), ao discorrer sobre a complexidade do mundo, tudo é interação, inter-retroação e inter-relação e desconsiderar tais premissas é mutilar seriamente a realidade. Para Camargo (2005, p.76), o homem moderno efetivou diferentes intervenções na natureza, onde o meio natural era considerado um eterno supermercado de recursos, findando esses, caberia à ciência a busca de soluções técnicas e efetivamente eficazes de redimensionar a escassez.

Baudrillard (1995, p. 15), argumenta que “vivemos o tempo dos objetos”, isto é, para ele, na atual conjuntura da sociedade moderna, o consumo invade toda nossa vida na medida em que todas as atividades que nos cercam seguem um modo combinatório numa espécie de canal de satisfações.

Tal consumo é passível de espacialização e mensuração, posto que, como esclarece Leff (2002, p.21 - grifos nossos), “(...) na história humana, todo saber, todo o conhecimento sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico [espacial], ecológico e cultural em que se produz e reproduz determinada ação social (...)”. Tal posição coloca à reflexão o relacionamento existente entre sociedade e natureza, nos instigando a pensar o que efetivamente são as bases conceituais de sociedade, pois a construção do espaço geográfico é uma contingência histórica do processo de reprodução social, geradora de determinada organização espacial. Tais postulações convergem significativamente para a possibilidade de entender a problemática ambiental através da percepção que, por sua vez, só é trazida à reflexão quando algo se torna inconivente.

No seio urbano, as questões tomam proporções maiores por afetarem e/ou impactarem um número considerável da população num sistema causa-efeito sem precedentes. Inseridos no contínuo processo de (re)construção do espaço, observa-se que boa parte dos problemas são, amiúde, relacionados à falta de políticas públicas de gestão e planejamento urbano e ambiental e/ou do crescimento acelerado das cidades com repercussões diretas no decréscimo da qualidade socioambiental, trazendo consigo problemas tanto no âmbito territorial quanto ambiental e muitas vezes negligenciados pelas autoridades que administram o espaço urbano. Obviamente que o crescimento populacional e o “inchaço” das cidades acarretam em outras problemáticas de cunho

socioambiental, tais como o uso e ocupação desordenada do solo, edificação em áreas de riscos, invasão e destruição das áreas verdes e aumento do lixo urbano.

Nessa primeira década do século XXI tem-se a proliferação dos planos diretores nas cidades brasileiras e, em muitos, a questão ambiental é inserida de forma sutil e/ou simplesmente negligenciada.

Para Rodrigues (2006) tivemos ao longo do tempo ações predatórias da apropriação da natureza que engendraram questões cruciais. Tal comportamento irracional perante o meio físico corrobora a negligência de pertencimento ambiental pela espécie humana, e tais questões provenientes de nossa relação com a questão ambiental, (re)coloca em destaque contradições da produção social do espaço e das formas de apropriação da natureza. Formas de apropriação tanto reais - as formas concretas pelas quais a natureza é transformada -, como simbólicas - o pensamento sobre estas apropriações e transformações, formas essas que perpassam pela compreensão da maneira como a sociedade se relaciona com a natureza e os homens entre si. Para ela,

Os problemas ecológicos parecem, à primeira vista, referir-se apenas às relações homem-natureza e não as relações dos homens entre si. É preciso, assim, ter cuidado para não ocultar a existência e as contradições de classes sociais para compreender a problemática ambiental em sua complexidade, pois os problemas ambientais dizem respeito às formas como o homem em sociedade apropria-se da natureza. (RODRIGUES, 2006 p. 08)

É certo que qualquer espécie extrai recursos do meio e gera dejetos (FOLADORI, 1999), a diferença da sociedade humana é que geramos refugos irracionalmente decorrentes do ato de consumo em demasia, diminuindo drasticamente o poder de resiliência ambiental. Na sociedade contemporânea, a relação sociedade-natureza é permeada pela possibilidade do consumo. Característica forte da sociedade capitalista ocidental.

O olhar menos atento acerca das questões ambientais nos coloca diante de certos conflitos que transcendem os resultados nocivos da interferência humana sobre a natureza. Para o senso comum é notório que tudo que é proveniente de sobra, descarte ou todo e qualquer objeto que entra em desuso é considerado como lixo dando uma conotação de incômodo, descaso e de irresponsabilidade. No entanto, nas últimas décadas o que era considerado “lixo” tem se tornado principal fonte de renda para uma parcela da sociedade antes marginalizada pela falta de oportunidades formais de inserção no mercado de trabalho e, paralelamente pelas indústrias. Nesse sentido, o “lixo” é retornado e transformado em principal matéria-prima a fim de diminuir os gastos

na produção de novos objetos e dada à escassez na natureza dos componentes necessários para o beneficiamento e produção destes novos artefatos, mudando radicalmente o conceito de “lixo” para “resíduo sólido”. Assim, os dois conceitos confundem-se e se complementam simultaneamente.

A pergunta que emerge desta colisão conceitual é o que mudou verdadeiramente? Quais relações foram alteradas? Rodrigues (2006) nos ajuda nessa importante compreensão. A mudança consiste, segundo a autora, que o “lixo” antes considerado um simples refugo agora transforma-se em “mercadoria”. De simples “resto” de um valor, segundo ainda a mesma autora, adquiriu um novo “valor de troca”, mudando radicalmente a dimensão mercadoria “lixo”, posto que antes havia a venda desse “lixo” (garrafas, papéis/papelões, sucatas, entre outros) nos ferros velhos e, hoje, apenas os entregamos e/ou doamos alterando radicalmente nossa relação com ele.

E, paradoxalmente, essa mercadoria se torna problema quando se torna um vizinho indesejado diante do acúmulo e da inexistência de espaços diante da desvalorização contínua do terreno e do seu entorno, na dimensão da cidade e do urbano, para a deposição final, necessitando de espaços longínquos aos olhos de seus geradores, exigindo uma solução milagrosa para o seu desaparecimento, desejo latente da efêmera modernidade.

É interessante destacar que a palavra lixo, termo derivado do latim “*lix*”, tem seu significado atribuído a “cinzas”. Neste sentido, pode-se inferir que a ideia do senso comum de designar todo e qualquer resto – sobra – de materiais provenientes das atividades humanas tem seu tronco ontológico. Os resíduos sólidos urbanos – RSU conhecidos também como lixo constituem uma das maiores preocupações ambientais a nível mundial, com destaque às grandes cidades, o que não exclui dessa problemática os pequenos centros urbanos.

Santos e Viadana (2005) consideram que lixo, em específico o urbano, é um conceito genérico e abrangente. Para Calderoni (2003), o conceito de lixo e de resíduo pode variar conforme a época e o lugar a depender dos fatores jurídicos, econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) definiu resíduos sólidos na NBR 10004/2004 como:

Resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos neste definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água ou exijam para isso

soluções técnicas e economicamente inviáveis, face à melhor tecnologia disponível. (ABNT, 2004, p.07)

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT/CEMPRE (1995), o concebe como restos das atividades humanas, consideradas pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis.

Portanto, o que tomamos teoricamente como resíduo parte da definição adotada pela ABNT 10.004/2004, no qual define resíduos sólidos como “resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos resultantes de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.

### **A problemática dos resíduos sólidos urbanos de Caetité (BA)**

A fim de contextualizar a problemática da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos em Caetité (BA) faz-se necessário uma breve apresentação do município em questão. Inserido no sudoeste da Bahia, o panorama caetiteense vem passando por profundas transformações nessa primeira década do século XXI no que tange aos aspectos econômicos e sociais repercutindo incisivamente no processo de (re)produção do espaço urbano e, também, alterando as relações sociais e econômicas no meio rural e, por conseguinte, metamorfoseando a relação sociedade/natureza numa pequena cidade situada na caatinga. A instalação de seguimentos econômicos de base na exploração mineral vem atraindo um significativo contingente populacional ávido por oportunidades de trabalho e renda, ou seja, mais pessoas produzindo, consumindo e descartando.

Assim, o município de Caetité (BA), situado na microrregião do Centro-Sul Baiano e na microrregião de Guanambi (IBGE, 2008) e no Território de Identidade definido pelo Governo do Estado com pertencente ao Sertão Produtivo, contando atualmente com população estimada, de acordo com o IBGE (Censo 2010), em 47 524 habitantes.

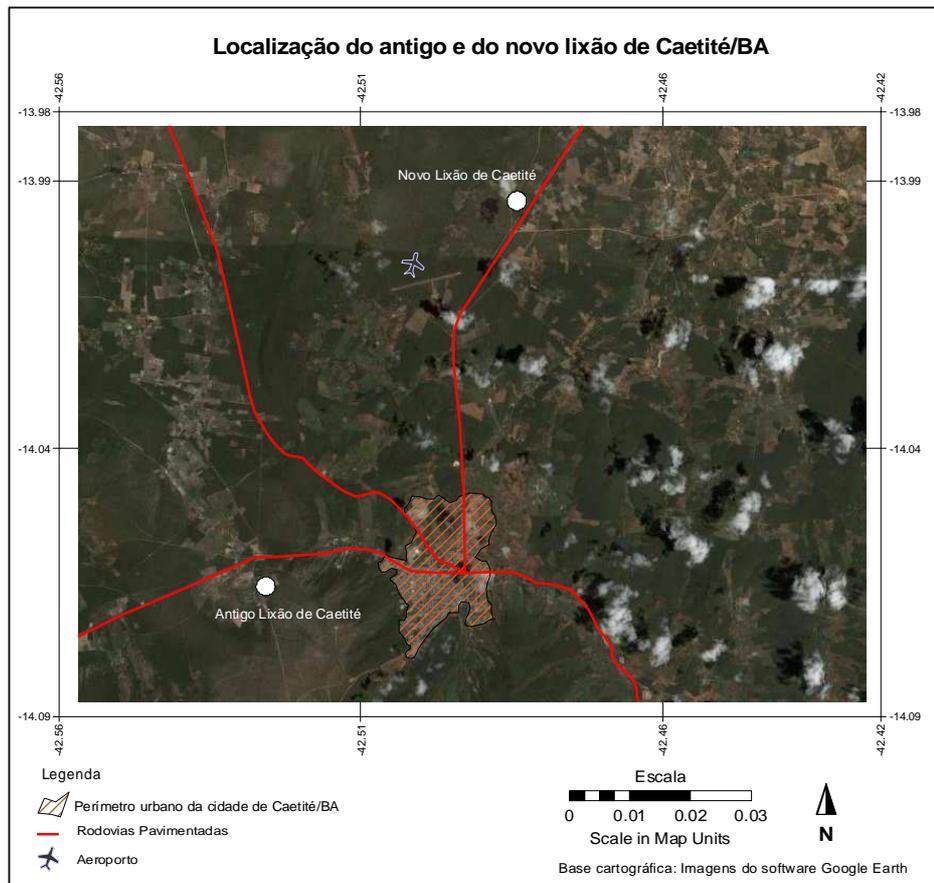
A partir do final da década de 1990, a dinâmica populacional de Caetité toma um novo impulso via processo de expropriação da população rural para as entidades urbanas impulsionada pela instalação das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), via processo de desapropriação e indenização das terras ocupadas pelas instalações do empreendimento. Na primeira década dos anos 2000, o município toma um novo fôlego urbano com a implantação de dois grandes projetos: a instalação da Bahia Mineração Ltda. cuja existência de minério de ferro tem fortalecido dinâmica

populacional, bem como os grandes projetos do governo federal em parceria com o capital privado como a construção do parque eólico e da ferrovia Oeste-leste no território do município.

Em termos de síntese das informações coletadas o modelo de gestão e gerenciamento adotado pela administração pública direta – a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – é analisado como simples e nada promissor, uma vez que é composto pela Administração centralizadora responsável pela coleta domiciliar regular de lixo, limpeza pública, coleta seletiva, triagem de resíduos recicláveis, disposição de RSU no solo, poda de árvores, limpeza de bocas-de-lobo e bueiros, pinturas de guias, limpeza de feiras ou mercados públicos, capina de vias e logradouros públicos, varrição de vias e logradouros públicos, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, remoção de animais mortos e, por fim, pela disposição final em área a céu aberto, vulgo lixão, desconsiderando toda e qualquer recomendação técnica e legal, fazendo agravar significativamente as condições socioambientais.

O local de depósito dos resíduos coletados diariamente em Caetité-BA localiza-se a cerca de 7 km da zona urbana às margens da rodovia BA-122, no trecho de ligação da sede urbana com o distrito de Maniaçu. Até o ano de 2004, os resíduos coletados na cidade eram dispostos às margens da BR-030 no trecho de ligação entre Caetité-Guanambi nas proximidades da central de tratamento de água da Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A (EMBASA), uma vez que a distância que separava os dois pontos era de apenas 150 metros. Diante deste cenário de comprometimento da qualidade da água oferecida para a população, a Promotoria de Justiça instaura um processo com pedido de transferência da área de deposição final dos resíduos, tendo em vista que as análises da água realizadas pela própria EMBASA confirmaram a presença de contaminantes nas águas captadas nos poços próximos ao lixão (QUEIROZ, 2008).

A escolha da nova área fundamentou-se nas características geológicas e a ausência de lençol freático no terreno, bem como pela distância da área urbana. Um aspecto a ser destacado nessa mudança refere-se ao abandono do antigo lixão sem a recuperação da área degradada. A figura 1 demonstra cartograficamente a localização do antigo e novo lixão.



**Figura 1** – Mapa de Localização do Antigo e Novo Lixão de Caetité (BA)

**Fonte:** Queiroz, T. F., 2008.

Produzido por: ALVES, F. 2008.

A partir da pesquisa de campo foi possível visualizar a situação da área de destinação final dos resíduos coletados pelo serviço de limpeza urbana no “novo lixão”. Notou-se, na presença de pessoas (catadores) que não fazem parte da cooperativa de catadores existente na cidade – COOPERCICLI – situação que evidencia a falta de controle da área que conta apenas como cercas laterais e uma guarita sem vigia, ou seja, não há controle de saída e entrada de materiais a serem depositados na área e, tampouco, de pessoas. Os responsáveis pela administração da área, em resposta dada ao questionário aplicado, admitiram saber da existência de uma família que trabalha como catadores no lixão da cidade. A fim de esclarecimento, os cooperados fazem a coleta em horários diferenciados pelas diversas áreas da cidade e coletam os materiais dispostos pela população e pelos estabelecimentos comerciais em horários anterior ao serviço de coleta.

No que diz respeito a infraestrutura local, observou-se a existência de fiação elétrica ao longo do lixão e a incineração indiscriminada dos materiais depositados. Embora a incineração seja

um dos processos recomendados pelas normas técnicas, este deve ser realizado através da utilização de incineradores (câmaras de combustão) e não livremente diante do alto teor de gases nocivos que são lançados na atmosfera.

Na área de deposição final dos resíduos, é perceptível a grande quantidade de materiais provenientes de serviços de saúde, uma vez que o serviço de coleta no município acontece de maneira conjunta e indissociável dos demais resíduos (comerciais e residenciais), posto que tal coleta é realizada pelos coletores sem a utilização de máscaras, luvas e/ou botas ou roupas especiais a fim de evitar possíveis contaminações pelo contato direto com os rejeitos dos serviços de saúde e o risco de acidentes com material perfurantes e/ou cortantes é eminente.

De acordo com o IPT (1995), o acondicionamento e a coleta dos resíduos de saúde devem ser realizados de forma diferenciada com vista à destinação adequada a fim de evitar a contaminação via resíduos considerados perigosos, ensejando o manejo seguro dos resíduos infectantes. Assim, os resíduos oriundos dos serviços de saúde devem ser coletados em todos os estabelecimentos que prestam esse tipo de serviço e, estes estabelecimentos, são classificados em grandes geradores (hospitais e unidades de emergência – pronto socorro) e em pequenos geradores e nesta categoria inserem-se as clínicas (odontológicas, de análises clínicas e veterinárias), farmácias, laboratórios, dentre outros.

De acordo com a Resolução CONAMA 283/01 em seu 4º artigo, a responsabilidade legal do gerenciamento deste tipo de resíduo é dos estabelecimentos geradores (clínicas odontológicas, de análises clínicas e veterinárias, hospitais, farmácias e laboratórios) desde sua origem até a disposição final dos resíduos de acordo com as normas ambientais e de saúde pública a fim de garantir a minimização dos riscos à saúde, sobretudo, das pessoas envolvidas no processo. O descumprimento das referidas normas coloca em evidência a atuação indevida do serviço público municipal posto que a coleta de todos os tipos de resíduos gerados se agrave por não terem os serviços de coleta, transporte e disposição adequados.

No lixão da cidade, os resíduos provenientes dos serviços de saúde são depositados numa área distinta dos demais resíduos coletados pelo serviço de limpeza urbana e incinerados, segundo observação *in loco*.

Ainda segundo a Resolução CONAMA 283/01 no artigo 4º, esses tipos resíduos devem ser acondicionados, armazenados, coletados, transportados e, enfim, tratados adequadamente pelo seu gerador e não, simplesmente incinerados. O acondicionamento e armazenamento iniciais ficam a

cargo da instituição geradora, no processo de coleta, transporte e deposição final que o serviço compromete-se, sobremaneira, pelo serviço municipal de limpeza pública.

No que se refere ao lixo domiciliar, este é acondicionado pelos geradores em sacos plásticos, baldes, caixas de papelão e são depositados em calçadas e esquinas para a coleta. O interessante é que a população faz esta deposição, quase que na totalidade da cidade, em horários próximos da realização da coleta. Em áreas da cidade onde há expressiva atividade comercial são dispostos lixeiras públicas em pontos estratégicos (áreas próximas de supermercados e da feira livre). Num passado não muito remoto, essas lixeiras eram a principal forma de deposição inicial dos resíduos domiciliares, mas diante dos consideráveis volumes de resíduos havia a sobrecarga e a alocação em vias públicas dos resíduos atraindo insetos, cachorros e gatos que na busca por alimentos acabavam por espalhar o lixo nas proximidades, além do mau cheiro. Tal situação levou o poder público a diminuir drasticamente o número dessas lixeiras e, de maneira positiva, a alteração deste quadro colaborou com a manutenção da limpeza urbana.

Todavia, os problemas detectados ao longo da pesquisa delineiam para a análise e discussão das perspectivas e possibilidades acerca da problemática central do presente trabalho. No que tange às possibilidades para o modelo de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos em Caetité (BA) perpassam pela necessidade urgente da adoção de políticas públicas empenhadas com os anseios da população e a manutenção de um ambiente menos impactado. O arcabouço legal do município, através do Plano de Desenvolvimento do Município contempla ações que visam à elaboração de Programa Municipal de Limpeza Urbana e Rural, atendendo, assim, a totalidade territorial do município.

As diretrizes declaradas no Plano de Desenvolvimento do Município (PDM), a partir da elaboração do Plano supracitado, intencionam no artigo 139º a garantia do funcionamento e manutenção do sistema de limpeza urbana em todas as fases do processo, levantamento da geração de resíduos sólidos no município envolvendo os aspectos quali-quantitativos, localização por área e fonte geradora, implantação de sistema de coleta de lixo em núcleos urbanos, posses rurais e outros locais de difícil acesso. Com relação a este último ponto vale ressaltar que este contempla a crítica apontada no presente trabalho com relação ao serviço de coleta cotidiana nas áreas que extrapolam a sede municipal.

Recentemente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pelo serviço de limpeza da cidade, visando atender uma das determinações da legislação municipal, implantou os Postos de Entrega Voluntária – PEV’s – em locais estratégicos da cidade, no intuito de contribuir

com o serviço realizado pela Cooperativa de Coleta Seletiva de Caetité, ação esta considerada relevante a fim de inserir e dar visibilidade as atividades da cooperativa.

No entanto, a instalação de PEV's pela sede do município deverá ser acompanhada pelo fortalecimento da educação ambiental nos ambientes formais e não-formais de aprendizagem. Neste quesito, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente vislumbra a adoção, em curto prazo, de campanhas com cartilhas educativas. A médio prazo foi sinalizado o interesse de elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Município, bem como a construção do aterro sanitário em consórcio com outros municípios e, a longo prazo, a execução do projeto de esgotamento sanitário em parceria com Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A (EMBASA)

Diante do exposto e a partir dos dados obtidos no período da pesquisa fica evidente a dificuldade da poder público local em instituir um sistema de gestão e gerenciamento de resíduos eficaz, tendo em vista que ação, para que se tenha êxito nas políticas de limpeza pública, urge pela cooperação dos cidadãos nas fases iniciais e intermediárias da limpeza urbana e que ação do poder público só se fará eficaz se nossa postura for outra diante dos resíduos gerados nas atividades cotidianas, ações essas que se consolidam com pequenas práticas que envolvem a escolha correta de produtos com menor poder gerador de resíduo.

Os graves problemas socioambientais oriundos do processo de geração de resíduos sólidos no ambiente urbano expõem as dificuldades enfrentadas pelo poder público e pela sociedade em tratar e destinar corretamente os seus rejeitos e dejetos. As recomendações técnicas e científicas encontram um vilão de difícil combate surgido e inserido na lógica capitalista de produção e consumo em forma de abertura de crédito e facilidade de consumo, reduzindo a máxima de Lavoisier em uma mera “Compro, logo existo”, ou seja, a impossibilidade de não geração de resíduos é uma realidade posta dada a necessidade do ser humano de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. No entanto é notório o excessivo consumo de bens supérfluos estimulado pela mídia publicitária rompendo a lógica natural de manutenção da espécie.

Observa-se no Estado da Bahia, a inexistência de arcabouço legal que regulamente a questão dos resíduos sólidos a nível estadual. No entanto, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) tem se esforçado na implementação de lei específica a fim de preencher essa lacuna via consulta pública buscando a contribuição da sociedade civil para o Anteprojeto de Lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia (PERS/BA).

Partindo da experiência de Caetité (BA), como uma pequena cidade inserida nesse contexto, que é uma realidade das sociedades urbanas e que no Brasil vem se agravando cada vez mais diante

das mudanças significativas nos padrões da sociedade e da elevação da “qualidade de vida”, pode-se inferir a existência de alguns entraves na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, dentre os quais destacam-se a ineficiência dos serviços prestados, posto que se resume na coleta, transporte e destinação final em áreas distantes da área urbana e as margens de uma rodovia (BA-122), bem como o descumprimento do arcabouço legal tanto a nível federal quanto municipal, uma vez que o Plano de Desenvolvimento do Município de Caetité (PDM) contempla ações que visam a promoção de um ambiente saudável, com política participativa e criação de conselhos municipais e estabelece metas a médio e longo prazos a fim de implementar políticas eficazes do meio ambiente e saneamento básico para o município.

A localização do lixão não impede a freqüência de catadores e inviabiliza o fortalecimento da Cooperativa de Catadores e Reciclagem de Resíduos Sólidos – COOPERCICLI. A cooperativa, com três anos de existência, representa e representará um avanço na triagem do material descartado além de contribuir para a geração de emprego e renda de uma classe ainda marginalizada, visto que nesse novo panorama econômico dado à gestão dos resíduos sólidos, a pobreza é um dado de fundamental relevância para a análise mais aprofundada da questão socioambiental.

Não obstante, a recém aprovada Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) é vista como uma possibilidade efetiva dos governos – em diferentes esferas – pensarem, mesmo que tardiamente, a problemática da gestão dos resíduos sólidos, posto que prevê que os governos, especialmente os municipais, trabalhem articuladamente com empreendimentos geradores de resíduos. Para esta política nacional estão liberados recursos pelo Governo Federal para os municípios realizarem diversas ações, dentre as quais a construção de aterros sanitários, apoio às cooperativas de catadores, incentivo para o fortalecimento das ações voltadas à organização dos trabalhadores e implantação efetiva de programas de coleta seletiva.

No bojo dessa discussão, o que fica claro é que a discussão das problemáticas ambientais fortaleceu-se como fenômeno significativo no início dos anos 70, década de industrialização maciça dos grandes centros econômicos do país. Nesse sentido é uma discussão recente do ponto de vista de maturidade intelectual e acadêmica. A partir de então, observa-se, que os problemas ambientais vêm se tornado mais difíceis de serem combatidos, em razão de não se concretizar a integração das políticas ambientais com as de desenvolvimento.

No entanto, a imaturidade intelectual não nos exime de qualquer possibilidade de reflexão dos devaneios humanos no que concerne à relação sociedade e natureza até então, uma vez que em tempos de crise existencial baseada no consumo, no esfacelamento das relações sociais e da

fragilidade educacional, a pesquisa socioambiental se torna um instrumento relevante com vista ao entendimento mais profundo das contradições (re)produzidas pelo modo de produção capitalista.

Paralelamente, verifica-se que o gerenciamento e a gestão dos resíduos sólidos urbanos presente em Caetité (BA) e a carga do poder público municipal são ineficientes, nada promissores e insustentáveis do ponto de vista ambiental e social. O gerenciamento restringe-se às questões relacionadas, exclusivamente, à limpeza pública somente, ou seja, coleta, transporte e destinação final (lixão).

Deste modo, a geração de resíduos sólidos é um fenômeno inevitável que ocorre diariamente em quantidades e composições que dependem da dimensão demográfica do município e do grau de desenvolvimento econômico de cada município como abordado por Oliveira (1997).

O processo de geração de resíduos sólidos torna-se complexo à medida que os gestores locais desconsideram e/ou desconhecem as recomendações técnicas e científicas e transformam a máquina pública em instrumento de satisfação partidárias em detrimento ao bem comum e à adoção de ações práticas com vistas à mitigação dos impactos ambientais negativos como poluição hídrica, do ar, do solo, visual e a pior forma de poluição, a miséria humana.

## Referências

- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em 10 ago. 2010.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa, 1995.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**. Resíduos Sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.
- CALDERONI, S. **Os milhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas Editora, 2003.
- COSTA, W. B; FREITAS, W. S. Resíduos Sólidos: reflexões sobre a problemática ambiental urbana em Caetité – BA. In: VIII ENCONTRO BAIANO DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA, 2012, Ilhéus. **Anais VIII EBEGEO**. Ilhéus: [s.n], 2012.
- \_\_\_\_\_. **Resíduos sólidos: reflexões sobre a problemática ambiental urbana em Caetité (BA)**. Monografia (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Itapetinga (BA), 2012.
- FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. **Revista Raízes**. Ano XVIII, n. 19, 1999, p. 31 – 36.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resoluções do Conama**: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008. 2. ed. Brasília: CONAMA, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lixo municipal: manual de gerenciamento. São Paulo: IPT/CEMPRE, 1995.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, E. C. A construção do conhecimento integrado diante do desafio ambiental: uma estratégia educacional. In: NOAL, F. O. et al. (Org.). **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998. p. 35 – 54.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade** (debate). Lisboa: Europa-América, 1985.

OLIVEIRA, S. **Gestão dos resíduos sólidos urbanos na Microrregião Homogênea Serra de Botucatu**: caracterização física dos resíduos sólidos domésticos na cidade de Botucatu/SP. 1997. 138 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia/Energia na Agricultura) – Faculdade de Ciências Agrônomicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITÉ. **Plano de Desenvolvimento do Município de Caetité**. Lei n. 632/2006. Disponível em: <<http://www.diariooficialdosmunicipios.org/prefeitura/caetite>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

QUEIROZ, T. F. **Produção de resíduos sólidos urbanos em Caetité-BA**: implicações sociopolíticas e ambientais. 2008. 74 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado da Bahia DCH-VI, Caetité, 2008.

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e no Espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SANTOS, L. C.; VIADANA, A. G. A questão dos resíduos sólidos urbanos: uma abordagem socioambiental com ênfase no município de Ribeirão Preto (SP). In: MENDES, A. A.; LOMBARDO, M. A. (Org). **Paisagens Geográficas e desenvolvimento territorial**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Associação de Geografia Teorética (AGETEO), 2005. p. 123 – 140.